



Programa Operacional Regional do Algarve

Concurso para apresentação de candidaturas

Aviso nº ALG-59-2020-49

Eixo Prioritário 5 “CONTRATAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS”

(PI 8.5 - FSE)

27 de novembro de 2020

Índice

Índice	2
1. Objetivos e prioridades visadas.....	5
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura	5
3. Natureza dos beneficiários	6
4. Área geográfica de aplicação	6
5. Âmbito Setorial	6
6. Critérios de Elegibilidade dos Beneficiários e dos Projetos	6
7. Regras e limites à elegibilidade de despesas.....	8
8. Critérios de seleção das candidaturas	9
9. Duração dos projetos	9
10. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	10
11. Forma, limites e pagamento dos apoios	10
12. Procedimentos para apresentação das candidaturas	11
13. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas	13
14. Aceitação da decisão	14
15. Dotação indicativa do fundo a conceder	14
16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado	14
17. Incumprimento das obrigações dos Beneficiários	15
18. Informação e pontos de contacto	15
Anexo A Referencial de Análise do Mérito do Projeto	16
Anexo B Domínios Prioritários das Estratégias Regionais de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3)	22
Anexo C Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	23

Preâmbulo

Nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, sendo os respetivos Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC) divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e do site do Programa Operacional Regional do Algarve, adiante designado por PO CRESC ALGARVE 2020 (<https://algarve2020.pt/info/>), sendo que o presente AAC foi elaborado nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 16.º do citado Regulamento.

Para além dos apoios públicos aos investimentos em I&D, é fundamental reforçar a articulação entre as instituições do sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial.

Neste contexto é fundamental uma intervenção com vista a ultrapassar o défice de recursos humanos afetos a Instituições de interface/Infraestruturas tecnológicas/Laboratórios colaborativos de forma a conferir-lhes capacidade no âmbito do desenvolvimento, valorização e transferência de novas tecnologias para as empresas, disponibilizando a estas soluções cada vez mais inovadoras e, como consequência, reforçando a sua competitividade no cenário internacional.

Por outro lado, o exercício de mapeamento das Infraestruturas de ciência e tecnologia do Programa Operacional do Algarve, aprovado pela Comissão Europeia, e os estrangulamentos identificados na Estratégia de especialização regional apontam limitações de massa crítica relevante do sistema, nomeadamente em matéria de recursos humanos associados à rede de investigação.

No âmbito do presente aviso por infraestruturas tecnológicas entende-se:

CENTROS TECNOLÓGICOS¹

Infraestruturas de apoio às capacidades técnicas e tecnológicas de determinado setor de atividade industrial, fomentando a difusão da inovação e promovendo o aumento da competitividade setorial, através de, nomeadamente:

- Apoio à investigação aplicada;
- Desenvolvimento de valências tecnológicas;
- Promoção da formação técnica e tecnológica especializada dos recursos humanos das empresas;
- Prestação de serviços especializados às empresas.

¹ O Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, atualizado pelo Decreto-Lei n.º 312/95, de 24 de novembro, define os requisitos a observar pelos Centros Tecnológicos.

CENTROS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Entidades de carácter multifuncional que visam o apoio às empresas, atuando de forma a, nomeadamente:

- Dinamizar atividades de I&D&I;
- Dinamizar a transferência de conhecimentos e de tecnologias;
- Estimular a procura de novas soluções e a difusão de novos produtos, serviços ou processos inovadores;
- Prestar serviços especializados.

PARQUES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Espaços de acolhimento e interação, organizados e estabelecidos que, nomeadamente:

- Estimulam o fluxo de conhecimentos e de tecnologias entre entidades não empresariais do sistema de I&I e as empresas;
- Facilitam a localização de atividades de I&D;
- Facilitam a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica;
- Prestam outros serviços de valor acrescentado.

CENTROS DE INCUBAÇÃO

Espaços de acolhimento, organizados e estabelecidos com o objetivo de acelerar e sistematizar o processo de criação de empresas para serem bem-sucedidas, nomeadamente:

- Providenciando um conjunto integrado de competências e apoios específicos;
- Oferecendo espaço físico adaptado, flexível e com custos controlados;
- Facilitando o acesso a mentores e investidores e promovendo a realização de contactos empresariais;
- Promovendo a ligação entre entidades não empresariais do Sistema de I&I e empresas e entre estas e os mercados;
- Proporcionando um ambiente favorável à aprendizagem e ao empreendedorismo.

No que diz respeito aos laboratórios colaborativos (CoLAB) os mesmos enquadram-se no âmbito do Regulamento n.º 486-A/2017, de 12 de setembro, corrigido pela Declaração de Retificação n.º 662/2017, de 29 de setembro. Os CoLAB têm como objetivo principal criar, direta e indiretamente, emprego qualificado e emprego científico em Portugal através da implementação de agendas de investigação e de inovação orientadas para a criação de valor económico e social.

Assim o reforço dos recursos humanos altamente qualificados encontra acolhimento no âmbito do Eixo Prioritário 5 - Emprego e valorização económica de recursos endógenos do PO CRESC ALGARVE 2020 que prevê o apoio à contratação de doutorados e mestres nas infraestruturas tecnológicas e científicas, desde que exista uma colaboração com empresas. Desta forma, as candidaturas devem contribuir obrigatoriamente para a contratação de recursos humanos que atuem como facilitadores/mobilizadores tecnológicos ou de inovação, que promovam a transferência do conhecimento para o meio empresarial.

1. Objetivos e prioridades visadas

Pretende-se através do apoio à contratação de mestres e doutorados estimular a participação ativa do sistema científico e tecnológico no incremento de inovação empresarial potenciada pela colaboração com empresas.

Tendo em conta esta finalidade, o presente aviso visa apoiar a instalação de competências nas instituições, através do apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados, dotados de grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 7 (mestres, doutorados e pós-doutorados) nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, para o desenvolvimento de atividades científicas de transferência e valorização do conhecimento (TVC) para empresas com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da inovação e competitividade.

As competências e os perfis dos recursos humanos altamente qualificados a contratar têm de estar devidamente identificados em candidatura através do plano de atividades a desenvolver pela instituição de interface/infraestrutura tecnológica/Colab como forma de aquisição de massa crítica e de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação empresarial. Pretende-se que nestas instituições seja criada massa crítica suficiente para promover a relação entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, para o efeito devem ser criados postos de trabalho nas áreas transferência tecnológica e da inovação que promovam o encontro entre as necessidades das empresas e as soluções tecnológicas.

As candidaturas devem demonstrar o seu contributo para a prossecução dos objetivos da Prioridade de Investimento 8.5, evidenciando, mais concretamente, a elevação de competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema de I&I.

Neste contexto, as operações a financiar devem estar preferencialmente alinhadas com a estratégia de I&I para uma especialização inteligente (RIS3 regional).

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

São suscetíveis de apoio os projetos individuais que concorram para o incremento de recursos humanos altamente qualificados, associados às respetivas estratégias de transferência de conhecimento e inovação, através da Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados.

A contratação dos Recursos Humanos deverá assumir a figura de Contrato de Trabalho, não sendo consideradas elegíveis outras formas de afetação de Recursos Humanos.

3. Natureza dos beneficiários

Os beneficiários dos apoios previstos no presente AAC são Instituições de interface/Infraestruturas tecnológicas/Laboratórios colaborativos.

4. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação na região NUTS II Algarve, sendo que a elegibilidade territorial do projeto é aferida pela localização do polo da instituição/infraestrutura com estrutura física e atividade regular no qual será(ão) criado(s) o(s) posto(s) de trabalho.

5. Âmbito Setorial

São enquadráveis projetos inseridos em todas as atividades económicas, com especial incidência para aquelas que visam a produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis ou contribuam para a cadeia de valor dos mesmos.

Estão excluídos deste concurso os projetos que incidam nas seguintes atividades (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, alterado pela Lei n.º 66/2018, de 3 de dezembro - CAE Rev.3):

- a) Financeiras e de seguros - divisões 64 a 66;
- b) Defesa - subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta - divisão 92.

6. Critérios de Elegibilidade dos Beneficiários e dos Projetos

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos beneficiários, previstos nos artigos 13.º e 14.º do RG FEEI, na sua atual redação, as entidades candidatas devem de cumprir as condições específicas de elegibilidade previstas na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro e n.º 127/2020, de 26 de maio.

No que se refere às condições de elegibilidade dos projetos estes deverão respeitar os seguintes requisitos:

- a) Contribuir para os objetivos e a prioridade de investimento enunciados no Ponto 1 do AAC;

- b) Os recursos humanos a contratar devem ser titulares de um grau académico com nível de qualificação igual ou superior a 7 (mestres, doutorados e/ou pós-doutorados), nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho;
- c) O grau académico dos recursos humanos a contratar deve ter sido obtido em instituições do ensino superior portuguesas ou instituições do ensino superior estrangeiras, desde que tenha sido reconhecido nos termos legais aplicáveis;
- d) Quando estejam em causa mestres, para além do grau académico, deverá ser evidenciada especialização profissional específica relevante para a área de contratação. Os mestres devem ter no mínimo 5 anos de experiência;
- e) A relação entre as competências e os perfis dos recursos humanos altamente qualificados a contratar deve estar devidamente identificada em candidatura através do plano de inserção dos recursos humanos;
- f) Devem ainda ser identificados objetivamente os resultados esperados das atividades a desenvolver, nomeadamente nas atividades de transferência e valorização do conhecimento (TVC) para empresas, bem como devem ser identificadas as relações de colaboração já existentes com empresas que justifiquem o desenvolvimento do projeto e/ou as que se espera venham a resultar da sua implementação;
- g) Respeitar a duração máxima definida no ponto 9 deste AAC;
- h) Ter por base a existência de contrato individual de trabalho entre o trabalhador e o beneficiário, com a duração mínima de 24 meses;
- i) Os contratos individuais de trabalho, objeto de apoio, deverão ser celebrados especificamente para o efeito e respeitar o regime de exclusividade de funções;
- j) A contratação de Recursos Humanos no âmbito do projeto determina a impossibilidade de imputar encargos com as respetivas remunerações no âmbito de quaisquer outros projetos;
- k) Registrar-se uma criação líquida de postos de trabalho, ao nível dos recursos humanos altamente qualificados de nível igual ou superior a 7;
- l) O beneficiário deve comprometer-se a manter na entidade, durante todo o prazo de execução da operação, os postos de trabalho apoiados no âmbito do projeto, podendo os quadros técnicos contratados ser substituídos, desde que por outros com qualificações e funções equivalentes, devendo ser fundamentado em candidatura a sustentabilidade dos postos de trabalho apoiados.

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

7.1 . Despesas elegíveis

São elegíveis os custos salariais com a contratação de recursos humanos altamente qualificados, pelo período máximo de 36 meses, estabelecendo-se, para efeitos de comparticipação FSE no âmbito do presente concurso, os seguintes valores máximos do respetivo salário base mensal:

- (i) Recursos humanos com nível de qualificação 7 (mestrado): 2.025,35€ (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 31 da TRU);
- (ii) Recursos humanos com nível de qualificação 8 (doutoramento e pós-doutoramento): 3.209,67€ (Valor correspondente ao previsto no Índice Remuneratório 54 da TRU).

Além do salário base são ainda elegíveis os respetivos encargos sociais obrigatórios (despesas com segurança social e seguro de acidentes de trabalho).

Considera-se salário base: o conjunto de todas as remunerações de carácter certo e permanente sujeitas a tributação fiscal e declaradas para efeitos de proteção social do trabalhador. Consideram-se elegíveis os subsídios de férias e de natal (devendo a sua determinação ser feita nos termos do enquadramento legal aplicável).

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, o período de elegibilidade das despesas está compreendido entre os 60 dias úteis anteriores à data de apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação, que constituem a data limite para a apresentação do saldo final.

7.2. Despesas não elegíveis

Além das despesas não elegíveis ao FSE, nos termos do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, no âmbito do presente concurso, não são aceites contribuições em espécie, como forma de realização da contrapartida nacional correspondente à contribuição privada da operação subjacente a cada candidatura.

Não são igualmente elegíveis as despesas com Recursos Humanos que detenham outras formas de vínculo com a entidade beneficiária que não revista a figura de contrato individual de trabalho.

8. Critérios de seleção das candidaturas

Consideram-se passíveis de seleção e hierarquização as candidaturas consideradas elegíveis, ou seja, que cumpram os requisitos estabelecidos no presente AAC, em matéria de enquadramento e elegibilidade do beneficiário e do projeto.

A metodologia de cálculo para a seleção e hierarquização dos projetos é efetuada com base no indicador Mérito do Projeto (MP) determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares dos Critérios de Seleção, através da seguinte fórmula:

$$MP = 0,50 A + 0,50 B$$

em que:

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto.

O Referencial de Análise do Mérito do Projeto é disponibilizado no **Anexo A** do presente AAC.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do Mérito do Projeto arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis e passíveis de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00, não podendo nenhum dos critérios ter pontuação inferior a 3,00.

A seleção dos projetos a apoiar é efetuada até ao limite orçamental definido no AAC, sem prejuízo da possibilidade de reforço de dotação pela Autoridade de Gestão.

9. Duração dos projetos

A duração máxima dos projetos é de 36 meses, devendo a sua conclusão ocorrer, em qualquer caso, até à data limite de elegibilidade das despesas do período do PT 2020, ou seja 31 de dezembro de 2023, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 65.º do Regulamento UE 1303/2013 e do artigo 15.º do Decreto-Lei 159/2014, ambos na sua redação atual. Assim, salvo se outra disposição vier a ser definida em sede de regras de encerramento do PT 2020, a conclusão dos projetos deverá ocorrer impreterivelmente até 31 de dezembro de 2023.

O início do projeto é aferido por referência à data de assinatura do primeiro contrato de trabalho com os recursos humanos altamente qualificados objeto dos apoios.

10. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

Os apoios a conceder no âmbito deste concurso são calculados através da aplicação às despesas consideradas elegíveis de uma taxa de cofinanciamento comunitário de 80%. O cofinanciamento comunitário é complementado pela contribuição nacional assegurada por dotações do OSS ou pela entidade beneficiária quando se trate de entidades previstas no n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 34/2018, de 15 de maio e n.º 127/2019, de 29 de agosto *“Quando os serviços da administração central, regional e autárquica, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, os fundos públicos, as associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, sejam entidades beneficiárias de fundos da política de coesão, suportam a contribuição pública nacional”*.

Para além do estabelecido no parágrafo anterior, devem as entidades candidatas, por forma a poderem beneficiar da taxa de apoio prevista, assegurar que o incentivo concedido não se enquadra no regime de auxílios de Estado, nos termos previstos no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (2014/C 198/01) relativamente ao financiamento público de atividades não económicas.

11. Forma, limites e pagamento dos apoios

11.1 Forma dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito do presente AAC revestem a forma de incentivo não reembolsável, na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, também designada por custos reais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do RG FEEL.

11.2 Limites e pagamento dos apoios

O pagamento do incentivo à contratação de RHAQ é feito nos termos dos números 6 e 7 do artigo 25.º do RG FEEL, nos seguintes termos:

- a) O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, logo que a operação se inicia, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil;

- b) Os pedidos de reembolso de despesas (efetuadas e pagas pelo beneficiário) são efetuados com uma periodicidade mínima bimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no portal do Portugal 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação;
- c) No caso de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior;
- d) A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido. Este prazo suspende-se quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, a confirmação de cópias de documentos através dos respetivos originais ou o envio de documentos ou esclarecimentos adicionais, relativos ao pedido de reembolso em análise;
- e) O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total de incentivo aprovado;
- f) O pedido de pagamento de saldo final (referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo) deve ser apresentado através de plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação.

A subvenção final apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização foram cumpridas, conforme discriminado no ponto 16 do presente AAC.

12. Procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no [Balcão 2020](#).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, da Região ou do Programa Operacional a que pretenda candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação / submissão.

Ao abrigo do presente concurso a apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação por um período máximo de 2 meses, em regime contínuo (**até 2 de fevereiro de 2021**).

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os documentos seguidamente indicados:

- a) Plano de inserção dos recursos humanos altamente qualificados no plano de atividades aprovado para a Instituição Tecnológica, especificando, designadamente: as estratégias de inovação, a identificação da necessidade e do número de recursos humanos altamente qualificados a integrar, bem como a adequabilidade do perfil ou perfis às aludidas estratégias, justificando o alinhamento com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) e outras condições específicas identificadas no **Anexo B**. Devem igualmente, ser devidamente detalhadas as funções a desempenhar pelos recursos humanos como facilitadores tecnológicos ou de inovação, na promoção da transferência do conhecimento para o meio empresarial.
- b) Demonstração do enquadramento no objetivo específico da prioridade de investimento 8.5 referido no ponto 1, por meio da contratação de recursos humanos altamente qualificados, incluindo:
 - (i) identificação objetiva dos resultados esperados das atividades a desenvolver pela Instituição Tecnológica, nomeadamente nas atividades científicas e de transferência e valorização do conhecimento (TVC) com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade e dos desafios sociais;
 - (ii) informação sobre o impacto previsto na competitividade do tecido produtivo da região, nomeadamente no que diz respeito à I&D&I e à intensificação tecnológica;
 - (iii) informação sobre as parcerias existentes.
- C) Declaração a assegurar que o incentivo concedido não se enquadra no regime de auxílios de Estado, nos termos previstos no enquadramento dos auxílios estatais à investigação, desenvolvimento e inovação (2014/C 198/01) relativamente ao financiamento público de atividades não económicas.
- D) Enquadramento no âmbito do n.º 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

13. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do RG FEEI de que se salientam os pontos seguintes.

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional financiador, para a presente tipologia de projetos previstos neste AAC.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional financiador, no prazo de 40 dias úteis, a contar da data de candidatura.

O prazo de decisão suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis, podendo implicar o seu indeferimento quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentação de eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, a realização da audiência prévia acima referida suspende a contagem do prazo fixado de 40 dias úteis para a adoção da decisão.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas no prazo de 30 dias úteis a contar da data limite para apresentação das alegações contrárias (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão final é notificada pela AG ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

14. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação, a qual é submetida eletronicamente e autenticada, nos termos do artigo 11.º RG FEEL.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do RG FEEL, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

15. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do FSE afeta ao presente concurso é de 500.000,00€.

16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

Prosseguindo a orientação para resultados, os projetos a apoiar devem contribuir para os indicadores de realização e de resultados do Programa Operacional financiador.

A quantificação dos indicadores de realização e de resultado é efetuada pela entidade beneficiária candidata em sede de apresentação da candidatura, sendo objeto de ponderação no âmbito do processo de seleção estabelecido no presente AAC e do processo de monitorização durante a fase de execução do projeto.

16.1 Indicador de realização

Para efeitos de aferição do grau realização do projeto é utilizado o seguinte indicador:

· *“Pessoal altamente qualificado contratado (nº)”* (aferido pelo n.º de contratações realizadas no âmbito do projeto).

16.2 Indicador de resultado

A aferição dos resultados do projeto é efetuada através do seguinte indicador:

· *“Pessoal altamente qualificado contratado que se encontra empregado seis meses após o apoio”* (aferido através da relação entre o n.º RHAQ contratados no âmbito do projeto e o dos que se encontram empregados, seis meses após a conclusão da operação, entendido como o último mês de contratação elegível (%)).

17. Incumprimento das obrigações dos Beneficiários

O incumprimento das obrigações dos Beneficiários, incluindo os objetivos contratados, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do incentivo, podem determinar a redução do incentivo ou a revogação da decisão artigo 23.º do RG FEEL.

18. Informação e pontos de contacto

No portal **Portugal 2020** (www.portugal2020.pt) e no sitio do PO CRESC Algarve 2020, os candidatos, têm acesso:

- a) As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
- b) Ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados do presente concurso.

27 de novembro 2020

Programa Operacional Regional CRESC Algarve 2020

O Presidente da Comissão Diretiva

José Apolinário

Anexo A | Referencial de Análise do Mérito do Projeto

A metodologia de cálculo para a seleção e hierarquização dos projetos é efetuada com base no indicador Mérito do Projeto (MP), determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares dos Critérios de Seleção para a tipologia de projetos “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ)”, aprovados pelos Comitês de Acompanhamento dos PO Regionais do Continente.

Os critérios de seleção para a tipologia de projetos Contratação de RHAQ correspondem a dois domínios de avaliação (a qualidade do projeto e o seu impacto na competitividade da entidade e da região de localização):

- **A. Qualidade do projeto**
- **B. Impacto do projeto**

O Mérito do Projeto (MP) corresponde à média ponderada das pontuações parcelares de cada critério de seleção, arredondada às centésimas e calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$MP = 0,50 A + 0,50 B$$

Cada critério (e subcritério) é pontuado numa escala compreendida num intervalo contínuo de 1 a 5, de acordo com a metodologia e referenciais abaixo indicados, sendo o resultado do Mérito do Projeto arredondado à centésima.

Para que possa ser elegível, o projeto tem que obter uma pontuação mínima de 3,00 pontos em cada critério A e B.

A. Qualidade do Projeto

Neste critério procura-se avaliar se a estratégia de inovação da entidade se traduz num reforço de capacidade e de organização orientados numa lógica de mercado global e assente na intensificação da incorporação de conhecimento nos produtos/ serviços a disponibilizar e se a estrutura do programa de recursos humanos altamente qualificados (existentes e a contratar) é pertinente e adequada face a essa estratégia e aos objetivos visados.

Esta aferição é efetuada através dos seguintes subcritérios:

A1. Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação

A2. Adequação do perfil dos RHAQ a contratar

$$A = 0,55 A1 + 0,45 A2$$

A1. Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação

Neste subcritério é avaliada a coerência e racionalidade da estrutura do projeto, considerando para o efeito os seguintes parâmetros:

- A estratégia de inovação traduz-se num reforço de capacidade e de organização orientados para a valorização do conhecimento ou posicionamento na cadeia de valor assente nos vetores competitivos Inovação e I&D;
- Os objetivos a alcançar em matéria de intensificação da incorporação de conhecimento de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação com vista à resposta a problemas concretos no âmbito da competitividade;
- A necessidade e grau de pertinência da contratação de RHAQ para a concretização da estratégia de inovação subjacente ao projeto e tendo em conta os recursos humanos existentes.

A pontuação deste subcritério é atribuída de acordo com a seguinte tabela:

Subcritério A1		
	Valoração	Pontuação
Necessidade de contratação de RHAQ face à estratégia de inovação definida	O programa de inserção de recursos humanos a contratar demonstra que é coerente, cobrindo de forma satisfatória todas as alíneas a), b) e c), as quais estão explicitadas de forma clara	5
	O programa de inserção de recursos humanos a contratar não demonstra de forma clara a total coerência com a estratégia de inovação e os objetivos a alcançar, nem explicita de forma clara alguns dos aspetos previstos nas alíneas a), b) e c)	3
	O programa de inserção dos recursos humanos a contratar revela incoerências entre objetivos, recursos afetos e impactos, sendo vago na resposta à maioria das alíneas a), b) e c)	1

A2. Adequação do perfil dos RHAQ a contratar

Neste subcritério é avaliada a adequação do perfil dos RHAQ a contratar, considerando para o efeito os seguintes parâmetros:

- a) O perfil dos RHAQ a contratar é adequado às necessidades refletidas na estratégia
- b) E permite aumentar o potencial de conhecimento e inovação da (aferido pela correspondente Taxa de Enquadramento)

A pontuação deste subcritério é atribuída de acordo com a seguinte tabela e com a EREI:

Subcritério A2		
		Pontuação
O perfil dos recursos humanos a contratar é adequado à estratégia de inovação definida pela entidade e é determinante para os objetivos a alcançar em matéria de intensificação da incorporação de conhecimento nos produtos/serviços.	Forte	5
	Média	3
	Reduzida	2

Nos projetos onde pelo menos um dos recursos humanos a contratar seja “doutorado ou pós-doutorado” oriundo de entidades do sistema científico e tecnológico localizadas na região NUTS II” do POR financiador:

- a) a pontuação do subcritério A2 resultante da aplicação da tabela é majorada com um ponto adicional;
- b) A pontuação máxima do subcritério A2 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição de majoração.

B. Impacto do projeto

Neste critério procura-se avaliar o potencial impacto do projeto para a competitividade regional, sendo aferido através dos seguintes subcritérios:

B1. Alinhamento com a Estratégia regional para uma Especialização Inteligente (RIS3)

B2. Contributo para os indicadores de resultado e de realização do PO Regional financiador

$$B = 0,60 B1 + 0,40 B2$$

B1. Alinhamento com a Estratégia regional para uma Especialização Inteligente (RIS3)

Este subcritério pretende aferir se o projeto contribui para o aumento da especialização da respetiva região NUTS II nos domínios considerados prioritários no âmbito da correspondente Estratégia Regional de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3), sendo a avaliação efetuada através da respetiva matriz.

A matriz específica de avaliação do Subcritério B1 é a seguinte:

		Com alinhamento Pontuação	Sem alinhamento Pontuação
Grau de alinhamento com os Domínios de Especialização da RIS3 Algarve	Baixo	3	2,5
	Médio	4	
	Alto	5	

Sendo que:

- . **Sem alinhamento** - poderá ter uma majoração de + 0,5 se houver contratação de pelo menos 1 RH com nível de qualificação superior a 6.
- . **Grau de alinhamento baixo** - projeto enquadrado nas linhas de ação da RIS 3 Regional.
- . **Grau de alinhamento médio** - projeto enquadrado nas linhas de ação e nas atividades prioritárias da RIS 3 Regional.
- . **Grau de alinhamento alto** - projeto enquadrado nas linhas de ação, nas atividades prioritárias e que responde às debilidades setoriais identificadas no documento da Estratégia Regional de Investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS 3 Regional).

O grau de alinhamento dos projetos com a RIS 3 é aferido, tendo em conta a descrição do projeto e da estratégia da entidade, em função do seu contributo para as Linhas de Ação / Atividades Prioritárias da RIS 3 Algarve.

Em cada um dos domínios supramencionados, o grau de alinhamento dos projetos com a estratégia RIS 3 regional é avaliado em função do respetivo racional, de acordo com o documento “RIS 3 - ALGARVE 2020, ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE”, disponível no website do PO Regional.

Cabe ao promotor justificar, de forma inequívoca, o grau de alinhamento dos projetos com a RIS 3 de acordo com este referencial.

Majoração Localização

É atribuída uma majoração de 0,5 pontos aos projetos cujo investimento está localizado nos Territórios de Baixa Densidade, nos termos da Deliberação da CIC Portugal 2020 de 01/07/2015, disponível no website do PO Regional.

A pontuação máxima do subcritério B1 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição da majoração.

B2. Contributo para os indicadores de resultado e de realização do PO Regional

Neste subcritério procura-se avaliar o contributo do projeto para o alcance dos indicadores de resultado e de realização do Programa Operacional financiador, salvaguardando que, 6 meses após a conclusão do projeto, a Taxa de Enquadramento [Taxa de Emprego Altamente Qualificado (Tx. EAQ)²] se mantém ou aumenta, privilegiando-se o nível de criação líquida de postos de trabalho assegurados.

A pontuação será determinada de acordo com a seguinte tabela:

Variação (medida em pontos percentuais) do Pré-projeto até 6 meses após a conclusão do projeto	Tx. EAQ pré-projeto		
	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Indústria e Turismo	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Outros Setores	Tx. EAQ <10%	10% ≤ Tx. EAQ <15%	Tx. EAQ ≥ 15%
Diminuição da Tx. EAQ	1	1	1
Manutenção da Tx. EAQ	1	1,5	2
0 <Tx. EAQ ≤ 10 p.p. ³	1,5	2	2
10 <Tx. EAQ <20 p.p.	2	3	4
Tx. EAQ ≥20 p.p.	3	4	5

² A Tx. EAQ corresponde ao número médio de trabalhadores com nível de qualificação igual ou superior a 6 sobre o número total de trabalhadores

³ p.p. = pontos percentuais

Para projetos sem dados pré-projeto, aplica-se a seguinte tabela:

Situação 6 meses após a conclusão do projeto	Pontuação
Tx. EAQ < 10%	1
$10\% \leq \text{Tx. EAQ} < 15\%$	3
Tx. EAQ $\geq 15\%$	5

Majoração correspondente ao nível de qualificação dos RHAQ contratado:

Nível de qualificação dos RHAQ contratados	Majoração
Contratado 1 RH altamente qualificado	Sem majoração
Contratados entre 2 e 4 RH altamente qualificados Ou Contratado 1 RH com doutoramento ou pós-doutoramento (nível de qualificação equivalente a nível 8)	0,5
Contratados 5 ou mais RH altamente qualificados Ou Contratados 2 ou mais RH com doutoramento ou pós-doutoramento (nível de qualificação equivalente a nível 8)	0,75

A pontuação máxima do subcritério B2 não pode ultrapassar o valor 5, independentemente da atribuição de majoração.

Anexo B | Domínios Prioritários das Estratégias Regionais de I&I para uma Especialização Inteligente (RIS3)

NUTS II ALGARVE - RIS3

A RIS 3 da Região NUTS II Algarve para o período 2014-2020 “RIS3 - ALGARVE 2020, ESTRATÉGIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE” está disponível no *website* do PO Regional CRESCE ALGARVE 2020:

[RIS3 ALGARVE](#)

Anexo C | Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas

